

F. AB. Zona Oeste S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017
e relatório dos auditores independentes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
F.AB. Zona Oeste S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.AB. Zona Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da F.AB. Zona Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação lava-jato

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1. (a) às demonstrações financeiras, que indica que, desde 2014, o ex-acionista controlador Odebrecht S.A. está sob investigação e outros processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal brasileiro e outras autoridades públicas dentro da chamada Operação Lava Jato, que investiga ações ilegais envolvendo empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht. A administração entende que, após a aquisição da BRK Ambiental Participações S.A. e controladas, incluindo a própria Companhia, pelo novo acionista controlador (Brookfield Business Partners L.P), finalizada em 25 de abril de 2017, a Companhia não será afetada por possíveis efeitos de tais investigações. Até o presente momento, não é possível determinar se a Companhia está efetivamente livre do risco de ser eventualmente impactada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras que envolvem, primeiramente, seu antigo controlador.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras em 13 de abril de 2017, sem modificações e com parágrafo de ênfase relacionado a operação lava-jato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson', is written over the printed name and partially overlaps the text below.

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

F. AB. Zona Oeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	48.222	54.152	Fornecedores	11	9.301	11.503
Caixas restritos		4.360	1.729	Empréstimos e financiamentos	12.1	14.962	11.229
Contas a receber	6	73.948	69.995	Debêntures	12.2	24.098	18.117
Adiantamentos a fornecedores		694	616	Salários e encargos sociais		6.159	3.690
Tributos a recuperar	7	14.174	13.158	Tributos a pagar		3.505	911
Estoques		4.746	5.605	Obrigações com o poder concedente	2.9, 8	8.783	675
Outros ativos	9	680	969	Dividendos a pagar	16 (b)	2.147	2.458
				Outros passivos		6.733	2.561
		<u>146.824</u>	<u>146.224</u>			<u>75.688</u>	<u>51.144</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	5.287	5.142	Empréstimos e financiamentos	12.1	466.320	432.983
Fundos restritos	2.7	18.360	6.885	Debêntures	12.2	31.910	54.790
Tributos a recuperar	7	2.349	9.424	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (a)	4.681	2.954
Partes relacionadas	14	82		Partes relacionadas	14	665	6.262
Depósitos judiciais	8	7.763		Provisões para contingências	15	2.918	1.316
Outros ativos	9	6.467	9.196			<u>506.494</u>	<u>498.305</u>
		<u>40.308</u>	<u>30.647</u>				
Imobilizado				Patrimônio líquido	16		
Intangível	10	2.475	4.151	Capital social		139.624	139.624
		<u>541.407</u>	<u>517.740</u>	Reservas de lucros		9.208	9.689
		<u>584.190</u>	<u>552.538</u>			<u>148.832</u>	<u>149.313</u>
Total do ativo		<u>731.014</u>	<u>698.762</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>731.014</u>	<u>698.762</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	17 (a)	227.938	349.946
Custos dos serviços prestados	17 (b)	<u>(132.804)</u>	<u>(239.749)</u>
Lucro bruto		95.134	110.197
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17 (b)	(57.741)	(81.309)
Outras receitas (despesas), líquidas	17 (b)	<u>(33)</u>	<u>5</u>
Lucro operacional		37.360	28.893
Resultado financeiro	17 (c)		
Receitas financeiras		11.450	9.590
Despesas financeiras		<u>(34.991)</u>	<u>(30.048)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(23.541)</u>	<u>(20.458)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.819	8.435
Imposto de renda e contribuição social correntes	13 (b)	(3.051)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (b)	<u>(1.727)</u>	<u>(2.917)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>9.041</u>	<u>5.518</u>
Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	16 (e)	<u>0,06</u>	<u>0,04</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	9.041	5.518
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.041</u>	<u>5.518</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<u>Nota explicativa</u>	<u>Subscrito</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	
Em 1º de janeiro de 2016	139.624	2.038	3.444	145.106
Lucro líquido do exercício				5.518
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)			(1.311)
Constituição de reservas	16 (b) e (c)	276	3.931	(4.207)
Em 31 de dezembro de 2016	139.624	2.314	7.375	149.313
Distribuição de dividendos	16 (d)		(7.375)	(7.375)
Lucro líquido do exercício				9.041
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)			(2.147)
Constituição de reservas	16 (b) e (c)	452	6.442	(6.894)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>139.624</u>	<u>2.766</u>	<u>6.442</u>	<u>148.832</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.819	8.435
Ajustes		
Depreciação e amortização	25.354	14.251
Valor residual do ativo imobilizado baixado	37	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.774	58.276
Provisão para contingências	5.846	325
Margem de lucro de construção	(947)	(3.465)
Juros e variações monetárias, líquidos	34.367	10.994
	<u>107.250</u>	<u>88.816</u>
Variações nos ativos e passivos		
Caixas restritos	(2.631)	1.926
Contas a receber	(32.872)	(47.175)
Adiantamentos a fornecedores	(78)	1.788
Tributos a recuperar	6.059	(13.166)
Estoques	859	2.759
Depósitos judiciais	196	
Outros ativos	3.019	4.447
Fornecedores	(12.362)	(20.939)
Salários e encargos sociais	2.469	(384)
Tributos a pagar	(345)	(436)
Obrigações com o poder concedente	149	283
Provisões para contingências	(4.244)	
Outros passivos	4.172	(1.910)
	<u>71.641</u>	<u>16.009</u>
Caixa das atividades operacionais	<u>71.641</u>	<u>16.009</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(112)	(1.691)
	<u>71.529</u>	<u>14.318</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>71.529</u>	<u>14.318</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	(11.475)	4.606
Adições ao imobilizado	(526)	(2.219)
Adições ao intangível	(28.055)	(101.969)
	<u>(40.056)</u>	<u>(99.582)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(40.056)</u>	<u>(99.582)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	30.665	120.192
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(10.315)	(627)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(17.767)	(221)
Amortizações das debêntures	(16.680)	(25.320)
Juros pagos de debêntures	(7.792)	(15.732)
Dividendos pagos	(9.833)	
Partes relacionadas	(5.681)	326
	<u>(37.403)</u>	<u>78.618</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(37.403)</u>	<u>78.618</u>
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.930)	(6.646)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>54.152</u>	<u>60.798</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>48.222</u>	<u>54.152</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A F. AB. Zona Oeste S.A. ("Companhia") foi constituída em 12 de dezembro de 2011, e tem por objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, incluindo sua gestão comercial, na região denominada Área de Planejamento 5 ("AP-5"), localizada na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro - RJ, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Município do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), nos termos do edital da Concorrência Pública nº 38/2011.

A sede da Companhia está localizada na Rua Nazaré, s/n, ETE Deodoro, Rio de Janeiro – RJ.

Em 24 de janeiro de 2012, a Companhia assinou o contrato nº 001/2012, com a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, assumindo a concessão do serviço público de esgotamento sanitário na AP-5 do Município do Rio de Janeiro pelo prazo de 30 anos, devendo cumprir com metas físicas e financeiras em relação à capitalização da Companhia, realização de investimentos, cobertura de coleta, afastamento e indicadores de tratamento e gestão comercial, entre outras obrigações como concessionário, conforme definido no edital de Concorrência Pública. As operações foram iniciadas em maio de 2012.

A Companhia possui plano de investimentos previstos de R\$ 2,6 bilhões até o ano de 2042 (não auditado) em obras de esgotamento sanitário na área da AP-5, visando suas metas contratuais. Para sua consecução, assinou contrato de financiamento de longo prazo junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") em abril de 2013, no valor de R\$ 610.619 para a 1º fase de obras (nota 12.1(a)). Do total, foi liberado o montante de R\$ 410.890 até 31 de dezembro de 2017.

Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht S.A. vendeu toda a sua participação no capital da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), detentora de 50% do capital social da Companhia, anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A., para BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento incorporado no Brasil e gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc. Nesta mesma data, a BRK Ambiental passou a ser controlada pela Brookfield Asset Management, Inc. Em 27 de março de 2017 e 11 de abril de 2017, foram assinadas as anuências da transação pela SAAB e o Poder Concedente, respectivamente, sendo que os acordos entre os acionistas foram mantidos.

Em outubro de 2017, a Companhia que nas demonstrações financeiras de 2016 utilizava a marca "Foz Águas 5", passou a utilizar a marca "Zona Oeste Mais Saneamento", dando por finalizado o processo de transição de acionista.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia é controlada em conjunto pela BRK Ambiental e pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB"), com participação de 50% cada um, sendo parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo").

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Operação Lava Jato

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia fazia parte em 31 de dezembro de 2016.

Em 22 de maio de 2017 foi homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba o acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht (“Acordo”), produzindo assim os efeitos cíveis inerentes. A Companhia e sua acionista BRK Ambiental não são subscritoras do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 01 de dezembro de 2016. Desta forma, a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no Acordo.

Além disso, a Companhia é controlada indireta da BRK Ambiental. A constituição da BRK Ambiental resulta de uma reorganização societária realizada pelo Grupo Odebrecht como condição precedente para aliená-la ao BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo incorporado no Brasil, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., e controlado pela Brookfield Asset Management Inc (“Brookfield”). A implementação da referida reorganização societária teve como um dos objetivos impedir que a BRK Ambiental e suas controladas, dentre as quais a Companhia, fossem afetadas pelos resultados, desdobramentos e consequências decorrentes das investigações no âmbito da Operação Lava Jato.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas investigações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvo envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

Desta forma, tendo em vista que (i) o Acordo de Leniência beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 01 de dezembro de 2016, de forma que a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária nele prevista, e (ii) desde 25 de abril de 2017 a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não mais fazem parte do Grupo Odebrecht, não há razão para determinar que a Companhia e sua acionista BRK Ambiental serão afetadas pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e de suas consequências.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe ressaltar, por fim, que além da Companhia ter ampliado e aprimorado seu Programa de Compliance (vide Nota 1 (b): “Aprimoramento do Sistema de Compliance”), sua acionista BRK Ambiental executou um programa de design e implementação de controles internos para atendimento à Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (SOX), visando detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.”

(b) Aprimoramento do Sistema de Compliance

A Administração da Companhia, com o suporte de seus acionistas, vêm adotando medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu Programa de Compliance de acordo com as melhores práticas de mercado. O novo Programa de Compliance da Companhia contempla as seguintes ações:

- (i) Elaboração e aprovação no seu Conselho de Administração de um novo Código de Conduta Ética Profissional para todos os funcionários, novo Código de Conduta para Fornecedores, além de uma Política e de um Programa Antissuborno e Anticorrupção, e uma Política de Segurança da Informação;
- (ii) Elaboração de diversas normas e procedimentos internos que visam dar efetividade às ações previstas no Programa de Compliance, tais como de conflitos de interesse, doações e patrocínios, brindes presentes e entretenimento, fundo fixo de caixa, relacionamento com agentes públicos, avaliação de riscos de fornecedores, gestão de fornecedores, gestão de compras de materiais e de serviços, avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Due Diligence*) em operações de fusões e aquisições da Companhia, contas a pagar, matriz e alçadas e limites, gerenciamento de contratos e administração de pessoal;
- (iii) Realização de diferentes tipos de treinamentos para todos os funcionários da Companhia a respeito das Normas e do novo Programa de Compliance, assim como, um especial para os funcionários que têm Interação com o Poder Público;
- (iv) Obtenção de certificação individualizada de cada funcionário no sentido de aceitação e observância do novo Código de Conduta Ética Profissional, Declaração de Conflito de Interesses e Compromisso de Confidencialidade de informações sigilosas em poder da Companhia;
- (v) Elaboração de treinamento específico para determinados grupos de fornecedores de serviços da Companhia;
- (vi) Implantação de novo canal confidencial (0800, e-mail e website) para realização de denúncias internas ou externas relativas à desvios de conduta de funcionários ou terceiros com os quais a Companhia se relaciona, cuja administração é terceirizada por empresa especializada no segmento;

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vii) Reestruturação da forma de apuração de denúncias de casos de corrupção e suborno recebidas no canal confidencial, através da equipe independente de auditoria interna;
- (viii) Desenvolvimento de campanha de comunicação para divulgação do novo Programa de Compliance para todos os funcionários da Companhia, com o tema central “Atitude Compliance”;
- (ix) Revisão e saneamento de toda a base cadastral de fornecedores ativos da Companhia;
- (x) Realização de avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Risk Assessment*) por meio de empresa de auditoria big four, com a elaboração de uma matriz de riscos e plano de mitigação específicos destes temas;
- (xi) Reestruturação das funções do Comitê de Ética e Integridade da Companhia;
- (xii) Desenvolvimento de um plano de monitoramento para o Programa de Compliance da Companhia; e
- (xiii) Revisão anual do Programa de Compliance com o intuito de verificar sua efetividade, atualização em face às melhores práticas de mercado, abem como eventuais alterações que se façam necessárias em virtude das alterações legislativas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2018.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Caixas restritos

Os caixas restritos representam créditos em conta bancária arrecadados pela prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário na AP-5.

Esta conta não é de livre movimentação, sendo que as transferências dos recursos somente poderão ser feitas para uma conta movimento após ordem do Agente Transmissor de Dados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, com interveniência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (“CEDAE”).

Os créditos decorrentes da arrecadação pela prestação de serviços de abastecimento de água são transferidos à CEDAE e os créditos decorrentes da arrecadação de esgotamento sanitário são remetidos à conta movimento da Companhia, após a análise diária do Agente Transmissor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

2.5 Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.6 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Fundos restritos

O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de 97% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures (Nota 12.2 (d)), sendo que os valores são retidos até os vencimentos dos mesmos.

2.8 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.9 Obrigações com o poder concedente

A Companhia reconhece a obrigação com o poder concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante (Nota 8)

2.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Sistema de esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários, pelos serviços prestados de esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.16 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 10) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo dos mesmos sejam sacados.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social para as empresas sediadas no Brasil.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, sendo as receitas referente a prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2017 e 2016 é de 2% para os contratos de concessões públicas.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outros benefícios pós emprego

Algumas empresas do grupo oferecem benefício de assistência médica aos seus funcionários pós desligamento, sendo esse custo arcado 100% pelo ex empregado através de emissão de boleto individual. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na mensalidade do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (correspondente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação detalhada da IFRS 9 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" (correspondente ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente) - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Em 2017, a Companhia realizou uma análise detalhada dos 5 passos requeridos pela IFRS 15 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” (correspondente ao CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil) – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.5.

A metodologia para determinar tal provisão tem como base o vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que a estimativa utilizada é razoável, os resultados reais podem diferir de tal estimativa.

(d) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (IFRIC 12 / ICPC01). O uso deste método requer que a Companhia estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. (Nota 2.16 (b)).

(e) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(f) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da concessão de serviços público são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil correspondente ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, caixas e fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Os critérios para constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) são os títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e de órgãos públicos vencidos há mais de 720 dias. Apesar de ser um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que a Companhia presta ser um serviço essencial, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, a Companhia considera que o critério para constituição da PCLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos.

A Companhia possui créditos de realização duvidosa no montante de R\$ 330.882 (2016 – R\$ 302.108), para fazer face aos riscos de crédito (Nota 6).

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber e depósitos em bancos e instituições financeiras (Notas 2.7, 5 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, podem ser assim sumariados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	481.282	444.212
Total de debêntures (Nota 12.2)	56.008	72.907
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(48.222)	(54.152)
(-) Fundos restritos (Nota 2.7)	(18.360)	(6.885)
Dívida líquida	470.708	456.082
Total do patrimônio líquido	148.832	149.313
Total do capital	<u>619.540</u>	<u>605.395</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>76%</u>	<u>75%</u>

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	48.222	54.152
Caixas restritos	4.360	1.729
Fundos restritos	18.360	6.885
Contas a receber	79.235	75.137
Partes relacionadas	82	
	<u>150.259</u>	<u>137.903</u>
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(9.301)	(11.503)
Empréstimos e financiamentos	(481.282)	(444.212)
Debêntures	(56.008)	(72.907)
Obrigações com o poder concedente	(8.783)	(675)
Partes relacionadas	(665)	(6.262)
Outros passivos	(6.733)	(2.561)
	<u>(562.772)</u>	<u>(538.120)</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 14.

Os financiamentos estruturados contratados junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia e suas controladas, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Fundo fixo	3	6
Bancos conta movimento	3.952	4.943
Aplicações financeiras (i)	44.267	49.203
	<u>48.222</u>	<u>54.152</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, está representado por aplicações financeiras de renda fixa e liquidez imediata e Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 99% (2016 - 100%) do CDI.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	410.117	377.245
PCLD	<u>(330.882)</u>	<u>(302.108)</u>
	79.235	75.137
(-) Circulante	<u>(73.948)</u>	<u>(69.995)</u>
Não circulante (i)	<u>5.287</u>	<u>5.142</u>

- (i) O saldo do contas a receber de longo prazo refere-se, integralmente, a parcelamentos acima de 12 meses efetuados junto aos clientes, cujas datas de vencimento são superiores a um ano da data-base do balanço da Companhia.

A análise das faturas vencidas e provisionadas da Companhia é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
De 180 a 270 dias	(14.203)	(17.186)
De 271 a 360 dias	(12.540)	(17.396)
Acima de 361 dias	<u>(304.139)</u>	<u>(267.526)</u>
	<u>(330.882)</u>	<u>(302.108)</u>

A Companhia vem adotando medidas para recuperar os créditos de liquidação duvidosa, tais como: (i) ações sociais e de recadastramento junto aos clientes; (ii) negociação e/ou suspensão dos serviços junto aos clientes inadimplentes; (iii) contratação de assessorias externas de cobrança; (iv) melhorias no sistema comercial para apoio à gestão dos recebíveis; e (v) negociação junto aos órgãos públicos.

7 Tributos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS retido sobre serviços	14	
Imposto de renda	1.047	2.139
Contribuição social	266	456
PIS e COFINS (i)	<u>15.196</u>	<u>19.987</u>
	16.523	22.582
(-) Circulante	<u>(14.174)</u>	<u>(13.158)</u>
Não circulante	<u>2.349</u>	<u>9.424</u>

- (i) O saldo representa, substancialmente, a opção de utilizar o desconto dos créditos da contribuição para o PIS e COFINS no prazo de 24 meses, nas incorporações de edificações ao intangível para utilização nas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Depósito judicial

Refere-se, substancialmente, aos depósitos judiciais, iniciados em janeiro de 2017, dos valores mensais a serem pagos à Prefeitura do Rio de Janeiro a título de outorga. Em novembro de 2016, a Companhia através de uma liminar expedida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi autorizada a depositar judicialmente a outorga, em razão de pleitos questionados pela Companhia.

9 Outros ativos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas antecipadas	549	897
Outras contas a receber (i)	6.434	7.947
Adiantamento diversos	164	1.321
	<u>7.147</u>	<u>10.165</u>
(-) Circulante	<u>(680)</u>	<u>(969)</u>
Não circulante	<u>6.467</u>	<u>9.196</u>

- (i) O saldo refere-se ressarcimento dos custos referente à gestão comercial executado pela Companhia à Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Intangível em formação (i)	Adiantamento a fornecedor (ii)	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	3.663	98.240	119	266.411	18.185	386.618
Adições	4.220		3	144.782	734	149.739
Transferências (iii)	334.799			(310.335)	(18.185)	6.279
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	342.682	98.240	122	100.858	734	542.636
Amortização acumulada						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	(384)	(12.007)	(37)			(12.428)
Amortização	(9.169)	(3.275)	(24)			(12.468)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	(9.553)	(15.282)	(61)			(24.896)
Valor contábil líquido	333.129	82.958	61	100.858	734	517.740
Custo de aquisição						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	342.682	98.240	122	100.858	734	542.636
Adições	89			44.165	37	44.291
Baixas	(3)					(3)
Transferências (iii)	117.627			(114.508)	(5)	3.114
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	460.395	98.240	122	30.515	766	590.038
Amortização acumulada						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	(9.553)	(15.282)	(61)			(24.896)
Amortização	(20.295)	(3.275)	(24)			(23.594)
Baixas	1					1
Transferências	(142)					(142)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	(29.989)	(18.557)	(85)			(48.631)
Valor contábil líquido	430.406	79.683	37	30.515	766	541.407
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5			

- (i) As adições ao intangível em formação representam os investimentos na ampliação do sistema de esgotamento sanitário, com prazo de conclusão previsto até o ano de 2019.
- (ii) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de equipamentos e serviços para construção da infraestrutura da concessão.
- (iii) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia colocou em operação a expansão da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Constantino Arruda Pessoa e o Sistema de Coleta de Esgoto, em Deodoro. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia ativou redes e elevatórias conforme as metas junto ao Poder Concedente e adiantamento a fornecedores no montante de R\$ 2.564.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos de concessão, no valor de R\$ 7.693 (2016 – R\$ 42.666), durante o período no qual os ativos estão em construção.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para construção da infraestrutura para atender o plano de investimentos da Companhia (Nota 1).

	2017	2016
Aquisição de infraestrutura	6.532	9.301
Serviços e materiais para operação	1.472	702
Outros	1.297	1.500
	<u>9.301</u>	<u>11.503</u>

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

12.1 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2017	2016
Estruturado						
TR + juros de 8,7%	9,35%	ago/37			462.932	428.987
Juros de 3,5%	3,50%	dez/23			18.372	15.250
(-) Custo de transação			30	(22)	(22)	(25)
Total			<u>30</u>	<u>(22)</u>	<u>481.282</u>	<u>444.212</u>
Total de empréstimos curto prazo					14.966	11.233
(-) Custo de transação					(4)	(4)
Circulante					<u>14.962</u>	<u>11.229</u>
Total de empréstimos longo prazo					466.338	433.004
(-) Custo de transação					(18)	(21)
Não circulante					<u>466.320</u>	<u>432.983</u>
Total					<u>481.282</u>	<u>444.212</u>

(b) Movimentação

	2017	2016
Saldo no início do exercício	444.212	285.012
(+) Adição de principal	30.665	120.192
(+) Adição de juros	34.484	39.852
(-) Amortização de principal	(10.315)	(627)
(-) Amortização de juros	(17.767)	(221)
(+) Custo de transação	3	4
Saldo no final do exercício	<u>481.282</u>	<u>444.212</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	<u>2017</u>
2019	14.936
2020	15.841
2021	16.801
2022	17.820
2023	18.901
2024	19.296
2025	20.486
2026	21.749
2027	23.091
2028	24.515
2029 em diante	272.884
	<u>466.320</u>

(d) Garantias e outras informações relevantes

As garantias do contrato junto a CEF, todas em 1º grau, são: (i) vinculação de 100% da receita da Companhia, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*); (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, representados pela receita vinculada e empenhada; (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade das acionistas, representativas de 100% do capital social; (iv) seguros; (v) nota promissória: emissão de uma nota promissória, pelo mutuário, no valor de 100% do valor do financiamento, (vi) Todos os recursos recebidos do Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão e; (vii) *Covenants*: garantias constituídas por meio de obrigações contratuais de fazer e de não fazer, representadas por obrigações societárias e por obrigações pecuniárias.

12.2 Debêntures

(a) Composição

Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros atual	Vencimentos	2017	2016
Vinci Crédito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vinci")	Única	out/2012	IPCA + 9,75%	12,98%	abr/2020	29.429	37.202
Vinci	1ª Série	ago/2014	IPCA + 9,75%	12,98%	abr/2020	23.796	32.463
Vinci	2ª Série	dez/2014	IPCA + 9,75%	12,98%	abr/2020	2.783	3.242
						56.008	72.907
(-) Circulante						(24.098)	(18.117)
Não circulante						31.910	54.790

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	2017	2016
Saldo no início do exercício	72.907	100.153
(+) Encargos financeiros	7.573	13.806
(-) Amortização principal	(16.680)	(25.320)
(-) Amortização juros	(7.792)	(15.732)
Saldo no final do exercício	<u>56.008</u>	<u>72.907</u>

(c) Prazo de vencimento

	2017
2019	22.880
2020	9.030
	<u>31.910</u>

(d) Garantias e outras informações relevantes

As garantias das debêntures, todas em 2º grau, são: (i) vinculação de 100% da receita da Companhia, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*); (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, representados pela receita vinculada e empenhada; (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade das acionistas, representativas de 100% do capital social e; (iv) *Covenants*: garantias constituídas por meio de obrigações contratuais de fazer e de não fazer, representadas por obrigações societárias e por obrigações pecuniárias.

12.3 Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de financiamentos e escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam ao cumprimento de garantias especiais.

A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas aos referidos financiamentos e debêntures.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2017	2016
Passivo diferido	<u>(4.681)</u>	<u>(2.954)</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme o estudo técnico preparado pela administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	<u>2017</u>
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	455
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	<u>18.441</u>
	<u>18.896</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2018	455
2019	2.047
2020	4.126
2021	7.227
2027	<u>5.041</u>
	<u>18.896</u>
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	<u>(23.577)</u>
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
2026	(939)
2030 em diante	<u>(22.638)</u>
	<u>(23.577)</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do resultado		Outros	2017
	2016			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	15.224	(1.369)		13.855
Provisões	4.277	764		5.041
Compensação CPC 32 (IAS 12)	<u>(19.501)</u>		605	<u>(18.896)</u>
		<u>(605)</u>	<u>605</u>	
Passivo fiscal diferido				
Lucros diferidos (órgãos governamentais)	(963)	(73)		(1.036)
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(2.193)	404		(1.789)
Capitalização de juros e custo de transação	(19.299)	(1.412)		(20.711)
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 11.638/07 (Lei 12.973)		(41)		(41)
Compensação CPC 32 (IAS 12)	<u>19.501</u>		(605)	<u>18.896</u>
	<u>(2.954)</u>	<u>(1.122)</u>	<u>(605)</u>	<u>(4.681)</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação das alíquotas nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável ao lucro Companhia, como segue:

	2017	2016
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	13.819	8.435
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(4.698)	(2.868)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	(80)	(49)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.778)	(2.917)
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.051)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.727)	(2.917)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.778)	(2.917)
Alíquota efetiva	-34,58%	-34,58%

14 Partes relacionadas

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado	
	2017	2017	2016	2017	2016	2017
SAAB (i)	70		2.412			623
BRK Ambiental (i)	12	665	3.850	(7.202)	(1.122)	623
Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental")					(4.967)	
	82	665	6.262	(7.202)	(6.089)	1.246

(i) Refere-se, substancialmente, à prestação de serviços realizada, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e vencimento indeterminado.

15 Provisão para contingência

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhista e previdenciárias	Total
Em 1º de janeiro de 2017	1.158	158	1.316
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	4.853	2.309	7.162
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.158)	(158)	(1.316)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(3.039)	(1.205)	(4.244)
Em 31 de dezembro de 2017	1.814	1.104	2.918

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações na qual a Companhia é ré e para as quais a classificação de perda é provável.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída.

O saldo em 31 de dezembro 2017 de processos avaliados como possíveis totalizam o montante de R\$ 13.370.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
BRK Ambiental	50,00%	50,00%	69.812	69.812	72.118.371	72.118.371
SAAB	50,00%	50,00%	69.812	69.812	72.118.371	72.118.371
			<u>139.624</u>	<u>139.624</u>	<u>144.236.742</u>	<u>144.236.742</u>

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme art. 199 da Lei 6.404/76.

(d) Dividendos

Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculados nos termos da legislação brasileira.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.311 e foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária em 26 de abril de 2017.

Em 22 de dezembro de 2017, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição dos dividendos adicionais no montante de R\$ 7.375, oriundos das reservas de lucros acumulados em 2015 e 2016.

No decorrer do exercício findo de 2017, a Companhia pagou aos acionistas os dividendos referentes aos exercícios de 2015 e 2016.

Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido calculados nos termos da legislação brasileira.

	Nota Explicativa	2017
Lucro líquido do exercício		9.041
Base de cálculo para constituição de reservas		9.041
Constituição das reservas de lucros Legal - 5%	16 (b)	(452)
Lucro ajustado		8.589
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	16 (d)	(2.147)
Retenção de lucros	16 (c)	6.442

(e) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	9.041	5.518
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	144.237	144.237
Lucro básico por ação (em R\$)	0,06	0,04

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro líquido básico e o diluído por ação são iguais.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Resultado do exercício

(a) Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	Nota explicativa	2017	2016
Operações			
Receita de serviços	2.16 (a)	232.258	222.581
Receita de construção	2.16 (b)	47.373	173.268
		<u>279.631</u>	<u>395.849</u>
Impostos e contribuições sobre serviços		(18.405)	(18.009)
Abatimentos e cancelamentos		(33.288)	(27.894)
		<u>227.938</u>	<u>349.946</u>

(b) Despesa por natureza

	Nota explicativa	2017	2016
Classificadas por natureza:			
Custo de construção		(46.426)	(169.803)
Pessoal			
Remunerações		(23.357)	(20.454)
Encargos sociais e trabalhistas		(7.274)	(6.783)
Programa de alimentação		(4.366)	(4.165)
Programa de saúde		(3.733)	(3.367)
Outros benefícios		(1.718)	(1.688)
		<u>(40.448)</u>	<u>(36.457)</u>
Materiais			
Serviços			
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica		(11.717)	(12.180)
Serviços pessoa jurídica		(10.311)	(8.133)
Manutenções		(1.153)	(1.491)
Auditorias, consultorias e assessorias		(6.609)	(5.653)
Outros		(165)	556
		<u>(29.955)</u>	<u>(26.901)</u>
Tributos, taxas e contribuições		(11.391)	(12.062)
Partes relacionadas	14	(7.202)	(6.089)
Seguros		(1.836)	(1.656)
Depreciação e amortização		(25.354)	(14.251)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(28.774)	(58.276)
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		2.036	1.890
Viagens		(100)	(199)
Outras		3.384	6.956
		<u>(190.578)</u>	<u>(321.053)</u>
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(132.804)	(239.749)
Gerais e administrativas		(57.741)	(81.309)
Outras receitas (despesas), líquidas		(33)	5
		<u>(190.578)</u>	<u>(321.053)</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado financeiro

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		6.144	6.943
Multas por atraso de pagamento		4.074	3.021
(-) Tributos sobre receitas financeiras		(498)	(468)
Partes relacionadas	14	1.246	
Outras		484	94
		<u>11.450</u>	<u>9.590</u>
Despesas financeiras			
Comissões bancárias		(364)	(331)
Tarifas bancárias		(73)	(207)
Juros e variações monetárias (i)		(34.367)	(29.305)
Outras		(187)	(205)
		<u>(34.991)</u>	<u>(30.048)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(23.541)</u>	<u>(20.458)</u>

(i) Refere-se, substancialmente, aos juros de financiamentos da CEF e debêntures da Vinci.

18 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Brookfield e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédio e instalações, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, garantia de cumprimento de obrigações de contrato de concessão e veículos resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	216.665
Responsabilidade civil	30.000
Risco de engenharia	59.873
Riscos operacionais	465.336
Veículos	150

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	<u>2017</u>
Total de adições do intangível (Nota 10)	44.291
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	<u>(16.236)</u>
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	28.055
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Juros capitalizados no exercício	(7.693)
Fornecedores a pagar	(7.596)
Margem de construção do exercício	<u>(947)</u>
Total	<u>(16.236)</u>

* * *